



Seguidores do candomblé ressaltam a importância da reserva como local de culto e de homenagens a orixás

SANTUÁRIO | Hoje é dia de ir ao São Bartolomeu para cultuar o divino

Ministério tem R\$ 11,1 milhões para o parque

KATHERINE FUNKE
kfunke@grupoatende.com.br

Um importante pedaço da ancestralidade africana está guardada por entre as árvores, águas e matas do Parque São Bartolomeu, em Pirajá. As riquezas naturais tornam o local o principal santuário para se cultuar o caboclo. Como se não bastasse, o parque está localizado na antiga Mata do Urubu, onde se instalaram primeiro os índios tupinambás e depois centenas de quilombolas, e fica próximo ao local da decisiva Batalha do Pirajá, onde se definiu a Independência da Bahia.

Mas, há quase duas décadas, esse importante pedaço da história e da cidade está abandonado pelo poder público. Hoje, o discurso pela recuperação é mais promissor do que no passado. Contudo, o futuro do parque continua indefinido, marcado por impasses políticos e administrativos.

O capítulo mais recente dessa história aconteceu semana passada, quando expirou o prazo para a prefeitura solicitar o dinheiro disponível para a revitalização. A verba aguarda no Ministério da Cultura desde o início do ano. Segundo o órgão, há uma emenda que prevê até R\$ 11,1 milhões para esse fim.

Só que a prefeitura não enviou ao ministério nenhum projeto executivo para solicitar o recurso. Para receber o dinheiro antes das eleições, o documento teria de ser enviado até 30 de junho, data-limite fixada pela legislação eleitoral. Depois disso, só após a ida às urnas.

Em vez de enviar o projeto, o responsável pelo assunto na prefeitura, Gilmar Santiago, admite que ficou se informando sobre a liberação do recurso via parlamentares baianos. Titular da Secretaria Municipal da Reparação (Semur), Santiago diz ter sido informado por parlamentares de que o dinheiro não havia sido liberado para o ministério.

Mas a informação do secretário não é confirmada pelo ministério. O problema do dinheiro parado, entretanto, não é só balanço. Ao todo, R\$ 27 milhões, a título de emendas ao orçamento, ainda esperam projetos executivos em todo o País.

Desde que assumiu o cargo, no ano passado, Gilmar Santiago não chegou a procurar o ministro Gilberto Gil ou o secretário executivo do ministério, Juca Ferreira, para falar sobre o tema.

"Não fiz isso porque não tenho acesso direto a eles", justifica. O contato viria nos próximos dias, com o envio de uma carta aos dois para cobrar agilidade na liberação da verba prevista pela emenda.

Santiago conta, também, que a prefeitura ainda não tem projeto executivo pronto. Precisa atualizar o documento elaborado há nove anos sob coordenação do Centro de Educação Ambiental São Bartolomeu (Ceasb) e da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

LOBBY - Questionado sobre o assunto, Juca Ferreira, que já foi secretário municipal do Meio Ambiente, afirma nunca ter esquecido do parque, mas diz ser impossível liberar o recurso sem projeto executivo.

Lembrando que o Ministério da



Por sua riqueza natural, concentrando mata, água e terra, o Parque São Bartolomeu é considerado santuário pelo povo de santo.

A área sofre cada vez mais com a degradação ambiental e a falta de segurança. Por isso, a recomendação aos visitantes é não ultrapassar a primeira cachoeira, para não correr o risco de ser assaltado. Tomar banho nas águas ou bebê-las também não vem a ser uma boa idéia, por causa da forte presença de esgoto e lixo.

Cultura é o único com avaliação de excelência de execução orçamentária de todo o governo, Ferreira afirma que "a administração pública não depende de boa vontade, simpatia, lobby, vínculo afetivo", mas de cumprimento das obrigações e normas administrativas.

IMPASSE - O momento é de impasse: enquanto a prefeitura demonstra interesse e articula os principais interessados no assunto - mas não tem recursos -, o governo do Estado, por sua vez, pretende implantar um projeto que é visto com desconfiança por parte dos interessados.

A educadora Micau Barreto, do Ceasb, tem duras críticas a esse projeto: "Não há uma preocupação social, nem a lógica de se reestruturar a mata. Pior, querem ampliar a área de devastação, com estacionamento, restaurante". Raimundo Konmannanji, presidente da Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (Acabantu), também reage negativamente: "Querem transformar o São Bartolomeu no Abaeté".

O presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado (Conder), Mário Gordilho, afirma que o projeto ainda não está finalizado. A intenção, garante, é ouvir a comunidade para adequar as ações às demandas dos usuários e do bairro, para começar a executar as ações no ano que vem, após a produção de estudos de impacto e zoneamento ambiental.

A idéia-base, segundo Gordilho, seria começar pelo saneamento da bacia do Rio Mané-Dendê, que abastece as três quedas d'água do São Bartolomeu, com a recuperação da qualidade das águas. As barracas de bebidas e lanches seriam reorganizadas. As invasões habitacionais, realocadas. Uma ciclovia garantiria segurança nos limites de área. Campos esportivos já existentes seriam melhorados. Projetos de geração de renda seriam implantados. Gordilho afirma que a Conder usaria uma parte dos US\$ 180 milhões emprestados, e já disponíveis, do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para recuperar a Bacia do Cobre, onde se localiza o parque, e a Bacia de Pituacu.

Ialorixá tem saudades das romarias

O lamento pela falta de atenção do poder público ao Parque São Bartolomeu vem forte, profundo e saudoso. Ao falar do assunto, Ana Laura Santos de Souza, 57 anos, ialorixá do terreiro Ilê Axé Araká Togum, na Boca do Rio, primeiro busca na memória imagens e sons dos cenários quase mágicos do local, principalmente em dia de romaria para o caboclo.

Era assim: ela juntava seu povo em três ou quatro ônibus, que chegavam ao parque antes do amanhecer. Ainda de madrugada, entregavam as oferendas ao caboclo durante uma festa que duraria o dia inteiro.

ENERGIA - Para o caboclo, levavam abóbora, mel, vinho, galos, frutas, fumo de corda, milho branco e milho vermelho. Para si, uma grande panela de feijão. E, assim, celebravam demoradamente por entre as águas, terras e árvores sagradas, reverenciando a natureza e as divindades. "Ficávamos o dia inteiro tomando energia", lembra



Ana Laura agora usa outras matas

Ana.

A felicidade durou cerca de três décadas. E se acabou quando as águas começaram a ficar poluídas e a presença no parque, perigosa. "Não dava mais para entrar nele por Pirajá, porque saqueavam a gente na descida", conta. A humilhação de ser roubada não chegou até Ana,

mas amigos que enfrentaram bandidos cara a cara não faltam.

A energia negativa da insegurança, somada à da poluição, afastou o povo de santo do parque. Por isso, há cerca de 15 anos, as romarias tiveram de mudar de endereço: agora, o destino varia entre Areia Branca, Camaçari e o Quilombo do Buraco do Tanu, entre Cajazeiras e Castelo Branco.

A procura por lugares alternativos é uma solução temporária, mas não satisfaz a ialorixá. "Estou muito triste", conta, "porque hoje sente medo de entrar na mata. No São Bartolomeu, a gente também ia buscar folhas. Hoje, tem que se andar uma légua para encontrar folhas, mas as opções estão diminuindo cada vez mais".

Ana Laura diz estar cansada de ir a reuniões e seminários que prometem a preservação e revitalização do parque. "Isso não adianta nada", acredita. "Desejo é que Oxum deixe os políticos olharem para a gente com bons olhos, e não fiquem só nos enganando".

cronologia |

História de luta pela preservação começou há pelo menos 31 anos |

ANOS. 70

Decretos municipais criam o Parque Histórico de Pirajá, depois chamado de Parque Metropolitano de Pirajá, com a área do São Bartolomeu incluída e delimitada, e os definem como zonas de proteção ecológica, incluídas no Sistema Municipal de Áreas Verdes |

ANOS. 80

A área ganha atenção intensa da sociedade civil e estudiosos, culminando com a criação, em 1987, do Movimento de Defesa do Parque São Bartolomeu/Pirajá, reunindo entidades como clube de mães, associações de moradores e terreiros de candomblé |

ANOS. 90

O movimento pressiona por atenção do poder público. Juca Ferreira, então secretário municipal do Meio Ambiente, promete se empenhar. Em 1995, a Unesco reconhece o parque como importante Reserva de Biosfera de Mata Atlântica. No ano seguinte, o movimento começa a fazer um projeto de revitalização do parque, que foi entregue, em 1997, ao prefeito Antonio Imbassahy. Ele chega a visitar o parque, com a promessa de executar o projeto, então orçado em US\$ 6 milhões |

ANOS. 2000

O projeto é engavetado. Enquanto isso, o parque vira Área de Proteção Ambiental e ganha um plano de segurança, elaborado por prefeitura e Conder e não aplicado. Em 2004, Imbassahy passa a administração do parque para o Estado. João Henrique assume com a promessa de executar o projeto dos anos 90. A sociedade é novamente mobilizada em seminários e reuniões. Em fevereiro deste ano, uma muda de baobá é plantada no parque. A árvore é considerada morada dos orixás, especialmente de Obaluaê. As esperanças são reacesas. Mas não há dinheiro para executar o projeto dos anos 90. Enquanto isso, a Conder divulga ter recursos do Bird para esse fim e promete iniciar estudos de impacto ambiental ainda este ano |



Desmatamento no interior do parque acontece sem fiscalização

Foto: E. Arquivo A. Tarde



Esperança continua com plantio de muda de baobá, em fevereiro